



A

ADVISORY BANCOS DE INVESTIMENTO, ADVOGADOS, AUDITORAS & CONSULTORAS

PwC, Deloitte e KPMG auditam 98% do mercado bolsista português

Auditoras Cotadas portuguesas recorrem a dez firmas de auditoria. Mas empresas de maior capitalização estão concentradas em três firmas.

Filipe Alves
filipe.alves@economico.pt

O mercado português de auditoria de empresas cotadas em bolsa permanece com um elevado grau de concentração, com três grandes firmas - PwC, Deloitte e KPMG - a prestarem estes serviços a empresas que representam 98% da capitalização do mercado nacional. Esta é uma das conclusões do último relatório de governo societário elaborado pela CMVM.

Os dados divulgados pelo regulador na semana passada abrangem um total de 43 sociedades cotadas e dizem respeito a 31 de Dezembro de 2012. Recorde-se que a PwC, a Deloitte e a KPMG fazem parte das chamadas 'big four' da auditoria, juntamente com a EY (antiga Ernst & Young). No segmento das cotadas, as 'big four' enfrentam a concorrência de vários 'players' de média dimensão, nomeadamente a BDO & Associados, Mariquito, Correia & Associados, Patrício, Moreira, Valente e Associados, Oliveira Rego & Associados, Auren, Auditores e Associados e Lampreia & Viçoso (ver tabela).

"No seu conjunto, as sociedades emittentes recorreram aos serviços de dez auditores externos diferentes. A Deloitte e a PwC foram as auditoras externas escolhidas por um maior número de sociedades emittentes, 13 (14 em 2011) e 15 (15 em 2011), respectivamente. Cinco auditores externos apenas auditaram uma sociedade emittente, o que atesta a forte concentração deste mercado", refere o relatório da CMVM.

Adianta que, ponderando a

quota de mercado das auditoras pela capitalização bolsista de cada uma das sociedades auditadas, "resulta que Deloitte, PwC e KPMG auditam 91,8% do mercado accionista português. Se a estas adicionarmos a KPMG Auditores SL (sociedade de direito espanhol) a quota ascende a 98,0%".

"Significa isto que as três auditoras são responsáveis pela auditoria das sociedades portuguesas de maior dimensão cotadas em bolsa. A KPMG, muito embora só audite três sociedades cotadas, regista uma quota em termos de capitalização bolsista próxima dos 22,0% - 28,2% se forem somadas as quotas da KPMG Auditores SL e da KPMG & Associados SROCSA".

Três firmas recebem 88% dos honorários

A elevada concentração reflecte-se nas quotas de mercado em função do volume de negócios. "Conclui-se que três sociedades (Deloitte, KPMG e PwC) são responsáveis por

BIG FOUR LIDERAM

As 'big four' lideram em número de clientes e seu 'market cap'.

Auditor	Nº Empresas	Cap. bolsista
BDO	7,0%	0,3%
MC&A	3,0%	0,2%
PMV&A	2,0%	0,0%
Deloitte	32%	25,9%
KPMG	29,7%	29,7%
Auren	2,0%	0,8%
LV	2,0%	0,0%
EY	9,0%	0,8%
PwC	34,0%	43,2%

Fonte: CMVM

88,1% dos honorários recebidos por serviços de auditoria, fiabilidade, fiscalidade e outros serviços, o que confirma o elevado grau de concentração deste mercado", referiu.

A CMVM explica que um indicador que permite explicitar as diferenças de retorno por comparação com a dimensão da sociedade auditada de acordo com o tipo de serviço prestado é o número de euros de capitalização bolsista dos auditados por cada euro de honorários cobrados. "A PwC auditou 3.729 euros por cada euro de honorários recebidos das actividades de auditoria e fiabilidade, ao passo que a Deloitte e a KPMG 'auditaram' 1.825 e 1.705 euros, respectivamente. As demais sociedades de auditoria auditaram menos de 1.100 euros por cada euro de honorários recebidos das actividades de auditoria e fiabilidade", acrescentou.

Na auditoria, a KPMG lidera em termos de quota de mercado (41%), seguida da Deloitte (26%), PwC (19%) e EY (6%). No segmento da fiscalidade, os honorários concentram-se na KPMG (41,0%), Deloitte (34,3%) e PwC (13,0%). "Realce ainda para o elevado peso da Deloitte e da KPMG nos honorários totais recebidos relativos aos serviços de fiabilidade e nos outros trabalhos (87,0% e 90,7% do total, respectivamente)", refere a CMVM.

Recorde-se que, de acordo com as novas regras europeias que visam limitar o domínio de mercado das 'big four', serão impostos limites ao tipo de serviços que as firmas poderão prestar fora do seu negócio 'core' de auditoria. ■

GLOBAL FINANCE ELEGE CAIXA BI MELHOR BANCO INVESTIMENTO

O CaixaBI foi nomeado o "Melhor Banco de Investimento" em Portugal pela revista Global Finance, pelo seu desempenho em 2013, nomeadamente nas áreas de Corporate Finance - Assessoria, Mercado de Capitais - Acções e Corporate Finance - Dívida, anunciou o banco de investimento público, liderado por Joaquim Saldanha e Souza. A Global Finance é uma revista americana especializada que atribui prémios à indústria financeira, distinguindo os melhores bancos de investimento do mundo. O Caixa BI, o banco de investimento do Grupo CGD, alcançou o primeiro lugar na categoria "Country Winners". Por sua vez, o Santander Totta foi o melhor colocado na área da banca comercial.

CaixaBI

CMS espera mais fusões

Sexto estudo anual sobre M&A na Europa aponta para recuperação do mercado português.

A CMS, que em Portugal está presente através da CMS RPA, prevê um aumento das operações de fusões e aquisições em Portugal, suportada na recuperação da economia nacional e em linha com a tendência favorável do Velho Continente. Esta é uma das conclusões do sexto estudo anual da CMS dedicado às Fusões & Aquisições (M&A).

"No começo do ano 2014 nota-se um incremento relevante da actividade de M&A no mercado português, com a

realização de um maior número de operações e do crescimento do respectivo volume", refere a sociedade, que em Portugal tem José Luís Arnaut como 'managing partner'.

Adiantou: "Esta tendência, que se verifica a partir do segundo semestre de 2013, deve-



A CMS é a maior organização de prestação de serviços jurídicos na Europa, sendo representada em Portugal pela RPA, fundada por Rui Pena e José Luís Arnaut (na foto).



PONTOS CHAVE

- PwC, Deloitte e KPMG controlam 98% da auditoria feita às cotadas portuguesas, em termos de capitalização bolsista.
- Estudo anual da CMS aponta

recuperação do mercado português de M&A em 2014.

- Venda de 2,59% da EDP por parte da José de Mello teve o BESI como o principal colocador

- Filipa Mendes Pinto, sócia fundadora da FIND, dá as perspectivas para o recrutamento de advogados este ano.

EM PORTUGAL

????????????????

BESI coloca maioria das acções da EDP vendidas pelos Mello

José de Mello vendeu 2,59% da EDP, com forte procura externa. Caixa BI e Millennium também assessoraram a operação.

O Espírito Santo Investment Bank (BESI) liderou a colocação de acções da EDP realizada na semana passada pelo Grupo José de Mello, tendo sido responsável por mais de 70% dos títulos colocados junto de investidores, apurou o Diário Económico. Nesta operação, que colocou no mercado 2,59% do capital da eléctrica liderada por António Mexia, por 303 milhões de euros, tomaram parte também os bancos de investimento Caixa BI e Millennium Investment Banking.

A oferta, concluída na sexta-feira, consistiu numa colocação privada de 94.787.697 acções, ou seja cerca de 2,59% do capital social da EDP, ao preço de 3,20 euros por acção. A transacção contou com investidores de mais de dez países, com os investidores internacionais a representarem cerca de 86% da procura. O BESI actuou como joint-bookrunner da transacção, contribuindo sobretudo com a sua rede internacional.

“Esta operação vem demonstrar mais uma vez o acrescido interesse que os activos portugueses têm vindo a despertar junto de investidores internacionais, sendo já a quarta colocação de acções efectuada pelo Espírito Santo Investment Bank este ano”, referiu o banco de investimento liderado por José Maria Ricciardi, em comunicado.

Acrescentou que este ano o BESI já tomou parte no IPO da Espírito Santo Saúde (o primeiro em Portugal por parte de uma empresa privada desde 2008) e em duas colocações de blocos de acções, uma da Zon Optimus (3% do capital) e outra da Mota-Engil (16,8% do capital).

O Grupo José de Mello -

accionista de referência da Brisa, da Cuf e da Efacec, optou pela venda de parte da sua posição na EDP por via de uma oferta privada, através de um ‘accelerated bookbuild’.

Com a conclusão deste ‘accelerated bookbuilding’, o Grupo José de Mello ficou com uma participação de 2% na EDP.

Os dois maiores accionistas da EDP são a China Three Gorges (21,35%) e a gestora de activos norte-americana Capital Group (10,13%). ■ F.A.



O BES Investimento, liderado por José Maria Ricciardi, foi responsável pela colocação de 70% das acções da EDP vendidas pelo grupo José de Mello.



O Caixa BI, liderado por Joaquim Saldanha e Souza, participou também na colocação de acções da EDP, que teve forte procura a nível internacional.



O banco de investimento do grupo liderado por Nuno Amado tomou parte nesta colocação de 2,59% da EDP a 3,2 euros por acção (303 milhões de euros).

NOTAS SOLTAS

Espanha International Law Office distingue Garrigues



A Garrigues recebeu o prémio Client Choice Award 2014 na categoria de “Melhor Escritório em Espanha”, que é atribuído pela “International Law Office” ao escritório que “mais se destaca pela excelência no serviço que presta aos seus clientes”, anunciou. Dois advogados foram premiados a título individual: Rosa Zarza, na categoria de “Employment” e Javier de Miguel, em “Corporate Tax”.

China Gonçalo Mendes da Maia lidera Morais Leitão em Macau

A Assembleia Geral de sócios da Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados (MLGTS) aprovou a integração como sócio de Gonçalo Mendes da Maia, fundador e líder da MdME, escritório parceiro da rede MLGTS Legal Circle em Macau e China. Gonçalo Mendes da Maia continuará a liderar a MdME e a exercer a sua actividade profissional em Macau, assumindo, em acumulação, a coordenação local da rede MLGTS Legal Circle na Ásia, com especial enfoque na China, referiu.



Prémio ‘Who’s Who Legal’ atribui prémio à Uría Menéndez

A Uría Menéndez recebeu a nomeação de melhor escritório de advogados em Espanha - “Spain Law Firm of the Year 2014” - pelo directório britânico Who’s Who Legal. Pelo nono ano consecutivo, o escritório foi premiado, tendo sido o único galardoadado desde que foram instaurados em 2006. A Uría Menéndez tem escritórios em Madrid, Barcelona, Valência, Bilbao, Lisboa, Porto, Londres, Bruxelas, Nova Iorque, São Paulo, Santiago do Chile, Buenos Aires e Pequim, entre outras cidades.



Prémio Cinco advogados da MLGTS distinguidos nos Client Choice

A Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados (MLGTS) foi distinguida na edição de 2014 dos Client Choice Awards, recebendo pelo quarto ano consecutivo, em exclusivo para Portugal, o prémio “Client Choice”, referiu. Cinco dos seus advogados foram distinguidos como os melhores nas suas áreas de actuação: João Soares da Silva Luís Miguel Monteiro, Francisco Cortez, Tomás Vaz Pinto e Miguel de Almada (juntos, na foto).

Angola SRS organiza curso sobre parcerias luso-angolanas

A SRS Advogados vai realizar a 7 e 8 de Maio, em conjunto com Luís Todo Bom e com a Roland Berger, um curso sobre gestão de parcerias empresariais entre Portugal e Angola, anunciou. Destina-se a quadros e empresários portugueses que pretendam investir em Angola e Angolanos que queiram investir em Portugal.

em 2014

rá manter-se ao longo do ano, caso e na medida em que for sendo confirmada uma recuperação da actividade económica em Portugal, expressa na melhoria consistente de diversos indicadores económico-financeiros e da consequente e progressiva retoma da confiança dos investidores”.

“Esta retoma da confiança, que se verifica na Europa em geral, contrasta com os crescentes receios dos investidores internacionais relativamente a alguns mercados emergentes, que nos últimos anos têm, com assinalável sucesso, concorrido com a Europa na captação de investimentos”, explicou. ■ F.A.

Filipa Mendes Pinto dirige uma empresa especializada em recursos humanos para a área da advocacia, tendo como clientes escritórios de advogados e departamentos jurídicos de empresas.



DR

DO LADO DA LEI

A 'privacy' e o novo Regulamento europeu: mais vale prevenir do que remediar



TIAGO FÉLIX DA COSTA

Advogado da Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados

Neste novo mundo de redes, em que tudo o real se transforma em virtual e em que tudo constitui aparente partilha, os temas da privacidade e da protecção de dados pessoais estão na ordem do dia. No passado dia 12 de Março, o Parlamento Europeu aprovou um novo Regulamento em matéria de protecção de dados pessoais, que se aplicará directamente em todo o espaço europeu, alterando significativamente a legislação vigente, com o propósito de melhor proteger os direitos dos cidadãos europeus.

O novo Regulamento procede a uma significativa desburocratização, determinando o fim da maior parte dos procedimentos de registo e de autorização de tratamento de dados pessoais perante as autoridades de controlo, mas pressupõe uma intensa auto-regulação das empresas neste domínio, obrigando a investimentos significativos para que se possam alcançar os desejáveis níveis de 'compliance'.

O alheamento de muitas empresas nacionais relativamente à protecção de dados pessoais, motivado pela burocracia, pelas coimas insignificantes previstas na respectiva lei e, sobretudo, por um 'enforcement' praticamente inexistente, deixará de ser possível.

Não só o novo Regulamento prevê coimas com montantes máximos de cem milhões de euros ou de 5% sobre o 'turnover' da empresa, consoante o que for superior, como estabelece a obrigação, em certos casos, de divulgação pública de incidentes de violação de dados pessoais, o que não deixará de acarretar graves danos reputacionais.

Mas será, também, pela positiva que as empresas nacionais deverão encarar os temas da protecção de dados pessoais: os

mais recentes estudos demonstram uma crescente preocupação dos consumidores europeus com a utilização dos seus dados e no comércio internacional assiste-se a crescentes exigências de certificação empresarial em matéria de 'privacy'. Assim, o respeito pelos dados pessoais não deixará de constituir uma mais-valia para as empresas e para as marcas e afirmar-se-á como exercício de responsabilidade empresarial e social.

A nossa experiência no acompanhamento das empresas em contencioso de criminalidade económica e contra-ordenacional demonstra que nem sempre as organizações estão preparadas para enfrentar processos sancionatórios dos quais possam resultar coimas elevadas ou danos reputacionais, mas, depois da entrada em vigor do novo Regulamento, concebidos como tratamento de dados pessoais e 'privacy by design' terão de passar a fazer parte do léxico empresarial.

Felizmente, o novo Regulamento europeu só entrará em vigor, presumivelmente, no primeiro semestre de 2017, permitindo um período razoável de adaptação. Mas não se engane, caro leitor. As mudanças a fazer são muitas e o tempo urge. Mais vale prevenir do que remediar. ■

O alheamento de muitas empresas nacionais relativamente à protecção de dados pessoais, motivado pela burocracia, pelas coimas insignificantes previstas na respectiva lei e, sobretudo, por um 'enforcement' praticamente inexistente, deixará de ser possível.

ENTREVISTA FILIPA MENDES PINTO Sócia fundadora da FIND

“Os escritórios de advogados vão reforçar as equipas em 2014”

Retoma Empresa de recursos humanos vê “muita actividade” este ano.

Filipe Alves

filipe.alves@economico.pt

Fundada em 2005, a FIND é uma empresa especializada em consultoria de recursos humanos na área da advocacia. Filipa Mendes Pinto, sócia fundadora da FIND, afirma que os escritórios de advogados e os departamentos jurídicos das empresas deverão reforçar as equipas em 2014, devido à recuperação da economia. Antecipa, assim, “um 2014 com muita actividade” para a empresa.

Qual é o negócio da FIND?

A FIND centra a sua actividade na prestação de serviços de consultoria e de recrutamento exclusivamente no mercado da advocacia e da assessoria jurídica a empresas. A nossa mais-valia consiste, fundamentalmente, no profundo conhecimento que temos do mercado jurídico em geral, seja ao nível das sociedades de advogados, seja ao nível das empresas – o que se traduz na capacidade de antecipar necessidades, de saber quem está onde e faz o quê e de apoiar estrategicamente as opções das sociedades e das empresas. Isto permite-nos promover e manter uma relação personalizada

de e próxima com cada um dos nossos clientes.

Quem vos procura? Escritórios de advogados ou empresas?

Desde o primeiro dia, a FIND tem sido desafiada por empresas para as apoiarmos na procura de advogados e juristas para os departamentos jurídicos ou de recursos humanos. Empresas de mais variada dimensão e que operam nos mais diversos sectores. No entanto, será importante referir que, até ao aparecimento da FIND, as sociedades de advogados não conheciam o recrutamento feito por profissionais, pelo que é natural que sejam estas a ter um maior peso entre os nossos clientes.

O vosso trabalho pode ser considerado concorrência aos escritórios de advogados, visto que ajudam à criação de equipas jurídicas nas empresas?

“

Agora, perante um sinal de maior actividade, existe a necessidade de recompor as equipas.

Não, na medida em que um bom cliente não deixará de o ser apenas porque tem um bom departamento jurídico interno. Na verdade, dispondo de assessoria interna de qualidade o cliente passa a solicitar ao seu advogado externo trabalho mais especializado e de maior complexidade, o qual será certamente mais rentável.

Esperam que este mercado cresça em 2014? Porquê?

Sim. Desde o último trimestre de 2013 temos tido sinais muito claros dos nossos clientes empresas, mas também das sociedades de advogados nesse sentido. A chamada crise atingiu o mercado da advocacia em momento posterior ao da maioria dos outros sectores de actividade económica, o que fez com que a reacção fosse tardia e, em certos aspectos, mais radical. Tal levou a que as equipas não fossem reforçadas e, inclusive em alguns casos, que fossem mesmo bastante diminuídas. Agora, perante um sinal de maior actividade, existe a necessidade de recompor as equipas, o que se tem vindo a verificar. Neste sentido, antecipamos um 2014 com muita actividade, não apenas na vertente do recrutamento, mas também na da consultoria. ■

PwC, Deloitte e KPMG auditam 98% das cotadas nacionais

→ P36

